

ao “trabalho” masculino, distinção culturalmente construída no âmbito familiar (Weisheimer, 2009).

Dante dessas desigualdades, a educação do e para o campo configura-se como estratégia central para enfrentar as lacunas sociais do meio rural. Concebida como instrumento de transformação, a educação do campo contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de se reconhecerem como agentes transformadores do território, podendo reduzir o êxodo rural e promover a sustentabilidade como modo de vida (Ribeiro, 2014).

No desenvolvimento de práticas sustentáveis, destaca-se o protagonismo feminino, uma vez que as mulheres tendem a priorizar a diversificação produtiva, a qualidade dos alimentos e a preservação dos ecossistemas (Hillenkamp, 2019). Assim, a inclusão acadêmica das mulheres rurais, especialmente em áreas ambientais, mostra-se fundamental para ampliar sua participação em espaços políticos e de liderança, contribuindo para a transformação das relações de gênero no campo.

Nesse sentido, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de superar estereótipos associados à mulher rural e problematizar as relações de subalternidade ainda presentes nesse espaço. Ao analisar o território da Chapada Diamantina – BA, busca-se compreender quantitativamente as relações socioambientais locais, propondo novas concepções sobre a vida feminina no meio rural por meio da inclusão acadêmica e da valorização do campo como espaço de aprendizagem, produtividade e promoção da igualdade de gênero.

METODOLOGIA

Para a elaboração do estudo, inicialmente foi realizada uma revisão de literatura acerca da vida rural, com ênfase na realidade das mulheres. As fontes utilizadas para a revisão bibliográfica incluíram Google Acadêmico, Periódicos Capes, o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), legislações federais e livros especializados.

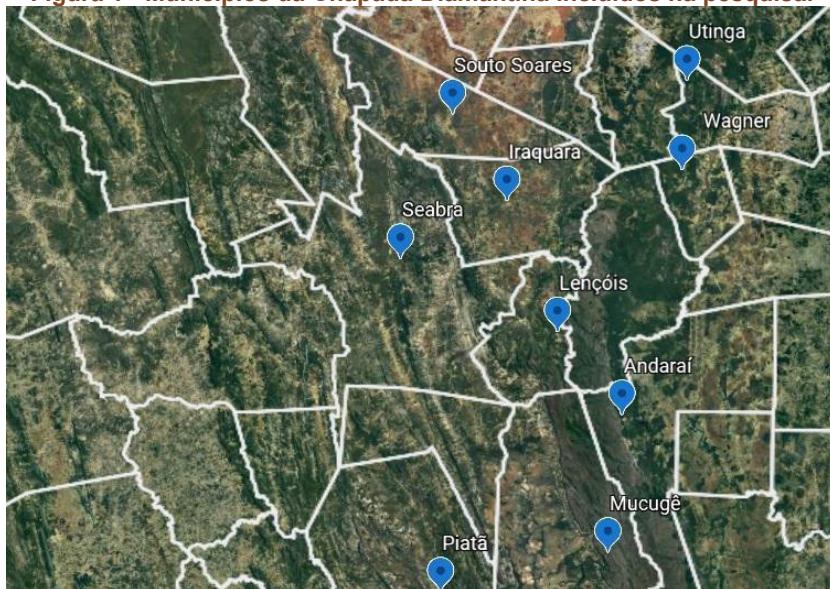
A pesquisa foi desenvolvida na região da Chapada Diamantina, localizada no centro-sul do estado da Bahia, a qual ocupa uma área aproximada de 32.664 km² e constitui um território de identidade que abrange 24 municípios (PTDRSS, 2016).

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa de caráter descritivo. Os critérios para a aplicação dos 122 questionários foram definidos a partir do sexo, da faixa etária e do espaço social no qual as participantes estavam inseridas. Assim, participaram do estudo mulheres com idade superior a 12 anos, residentes em zonas rurais do território da Chapada Diamantina, contemplando os municípios indicados na figura 01.

O questionário foi elaborado em modelo padronizado, contendo 26 questões, das quais apenas duas não apresentavam formato de múltipla escolha. Ademais, foi incluída a opção “outros”, com o objetivo de evitar que as participantes selecionassem alternativas que não as representassem adequadamente nas questões fechadas.

As perguntas foram formuladas em linguagem simples, visando assegurar a compreensão por parte de todas as respondentes.

Figura 1 - Municípios da Chapada Diamantina incluídos na pesquisa.



Fonte: autoria própria, 2026

No instrumento de coleta foram abordadas questões relacionadas ao gênero, à perspectiva de vida feminina no meio rural, especialmente no que se refere ao trabalho e à educação, bem como à sustentabilidade ambiental. Para o levantamento dos dados, houve deslocamento até as zonas rurais, com visitas a distritos e domicílios, o que possibilitou uma observação mais próxima do cotidiano das mulheres e uma vivência mais aprofundada com o contexto investigado.

Os dados coletados foram tabulados por meio do programa Excel, no qual foram elaborados gráficos para subsidiar a análise e a interpretação dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor abordagem dos resultados obtidos, estes foram organizados em quatro eixos temáticos principais: identidade; gênero e trabalho; educação; e sustentabilidade ambiental. Evidenciou-se a importância de analisar o espaço rural não apenas como ambiente de produção, uma vez que o campo também se constitui como espaço de aprendizagem. Nesse sentido, a educação assume papel central nas discussões relacionadas às questões ambientais e às desigualdades de gênero, de modo que a inclusão acadêmica, especialmente das mulheres, apresenta potencial para reduzir o êxodo seletivo feminino, frequentemente percebido como alternativa mais atrativa para as moradoras do meio rural.

Identidade

No contexto rural, a manutenção da identidade é essencial, pois contribui para que os indivíduos se reconheçam como pertencentes ao grupo social do qual fazem parte e se aceitem enquanto sujeitos rurais. A ruralidade engloba dimensões sociais, culturais e simbólicas que estruturam as formas de ser e estar no campo.

Nesse sentido, o apreço por residir no meio rural configura-se como um atributo relevante do conjunto de elementos ligados à identidade. Os dados coletados indicaram um resultado positivo nessa perspectiva de construção identitária, uma vez que 96% das mulheres afirmaram gostar de morar na zona rural.

Entretanto, ao longo da pesquisa, foram observadas contradições, pois, apesar de a maioria das mulheres declarar afinidade com o campo, apenas 11% afirmaram sentir-se pertencentes ao território rural. Tal resultado evidencia a existência de dificuldades no processo de autoidentificação enquanto sujeito rural, podendo ser interpretado como uma forma de negação identitária.

Nesse contexto, segundo Carvalho (2011), a rejeição da identidade rural está associada a um processo histórico de inferiorização e objetificação dos sujeitos do campo, cuja identidade, por longo período, foi vinculada à ausência de racionalidade. Assim, a negação identitária inicia-se no olhar externo e repercute na dificuldade de construção do sentimento de pertencimento por parte das moradoras rurais.

Os meios de produção agrícola associados ao capitalismo exercem forte influência sobre o espaço social rural, contribuindo para a consolidação de estereótipos que dificultam a construção da identidade rural. De acordo com Moreira (2003), os sujeitos rurais são frequentemente caracterizados como resistentes às mudanças, atrasados, tradicionais, rústicos e incivilizados.

Dessa forma, torna-se necessário promover uma educação baseada na valorização do ser do campo, reconhecendo suas subjetividades e contribuindo para a construção de uma identidade dissociada dos estereótipos historicamente consolidados.

Gênero e Trabalho

Êxodo rural seletivo de mulheres e o contexto inserido no território da Chapada Diamantina

As mulheres jovens frequentemente percebem a desvalorização de seu trabalho no meio rural, aspecto que se configura como um dos principais motivadores do êxodo rural seletivo. Mesmo quando os processos de alienação do trabalho feminino não são plenamente reconhecidos, essas mulheres buscam ampliar sua participação na sociedade contemporânea diante das desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas que caracterizam o campo.

Estudo realizado no estado do Rio Grande do Sul evidenciou significativa diferenciação de gênero entre jovens rurais, demonstrando que as mulheres

apresentam menor autonomia, incentivo e desejo de permanecer no meio rural e de assumir a sucessão das propriedades familiares. Nesse contexto, o desejo de migração para os centros urbanos mostra-se fortemente influenciado pelas hierarquias de gênero e geração, que posicionam as mulheres jovens em condições subalternas e com reduzido poder decisório (Breitenbach; Corazza, 2020).

Na presente pesquisa, observou-se que 80% das mulheres entrevistadas não desejam sair de suas comunidades de origem. No entanto, os 20% que manifestaram intenção de migração configuram um dado preocupante, pois a maioria dessas mulheres possui menos de trinta anos. Esse fenômeno relaciona-se, sobretudo, às perspectivas de inserção laboral, sendo que 52% apontaram a falta de emprego como principal motivação para migrar. As demais razões envolveram a busca por estudos, a falta de valorização das mulheres rurais, o desejo de independência, questões familiares e outros fatores não especificados.

O êxodo rural constitui um problema social relevante, intensificado pela mecanização da agricultura. A incorporação de tecnologias, a redução da demanda por trabalho braçal e a preferência pela contratação de mão de obra masculina ampliam a separação de gênero no campo (Maia; Buainain, 2015).

A desvalorização da mão de obra feminina no meio rural configura-se como uma questão estrutural e cultural, sendo o trabalho o principal fator associado ao êxodo seletivo de mulheres.

A significação do trabalho para as mulheres no meio rural

A maioria das mulheres participantes exerce atividades no ambiente agrícola, sendo que 74% declararam atuar como produtoras rurais, independentemente da faixa etária. Apesar disso, 29% relataram que suas atividades são percebidas apenas como auxílio ao trabalho masculino.

Segundo Martins (2021), as atividades desempenhadas pelas mulheres raramente são reconhecidas como trabalho, sendo classificadas como ajuda, o que contribui para a desvalorização do trabalho feminino e para o desinteresse das mulheres, diante da valorização predominante das tarefas masculinas.

Embora parte do trabalho feminino seja considerada auxílio, os dados revelam que as mulheres exercem todas as funções agrícolas desempenhadas pelos homens, conforme demonstrado no quadro 01.

Quadro 1 - Inserção feminina em atividades agrícolas.

Atividades agrícolas praticadas pelas mulheres participantes	Cuidados com a terra
	Plantio e colheita
	Comercialização dos produtos
	Transporte dos produtos
	Administração dos recursos financeiros

Verificaram-se contradições nos discursos das moradoras rurais acerca do trabalho feminino, uma vez que, apesar de realizarem todas as tarefas agrícolas,

estas continuam sendo denominadas como ajuda. A divisão das atividades por gênero não se fundamenta na capacidade produtiva das mulheres, mas em construções históricas de superiorização masculina.

Os dados indicaram que 80% das participantes afirmaram existir separação de tarefas entre homens e mulheres. Ao detalhar essas funções, evidenciou-se forte desproporcionalidade, conforme apresentado no quadro 02.

Quadro 2 - Atividades realizadas nas comunidades rurais de acordo com o gênero.

Atividades realizadas somente por homens	Atividades realizadas somente por mulheres
Aplicação de agrotóxico	Trabalhos domésticos
Retirada de restos de árvores	Faxina de locais públicos
Criação de bovinos	Culinária
Organização dos produtos	Costura
Construções civis	Artesanato
Administração dos recursos financeiros	Colheita
Confeccionar cercas	Produção de tapioca
Roçagem de terrenos	
Colher mandioca	
Transporte dos produtos colhidos	
Cuidar de viveiros	
Trabalhar no canavial	
Encanações	
Manuseio de máquinas	
Manuseio da parte elétrica no beneficiamento da mandioca	

Fonte: autoria própria.

A separação do trabalho por sexo no meio rural reflete uma estrutura familiar hierarquizada, pautada em critérios de sexo e idade, bem como na divisão dos espaços domésticos e produtivos (Paula, 2018).

Os resultados demonstram que as mulheres são associadas a atividades relacionadas ao trabalho doméstico, permanecendo a lógica patriarcal que as vincula ao papel de cuidado e serviço à família, especialmente aos homens.

Observou-se que a percepção que as mulheres possuem sobre si mesmas é influenciada pelo olhar externo, sobretudo masculino, o que contribui para a naturalização da apropriação da mão de obra feminina e para o desconhecimento do valor do próprio trabalho.

A influência da esfera de gênero nas disparidades sociais e políticas do ambiente rural

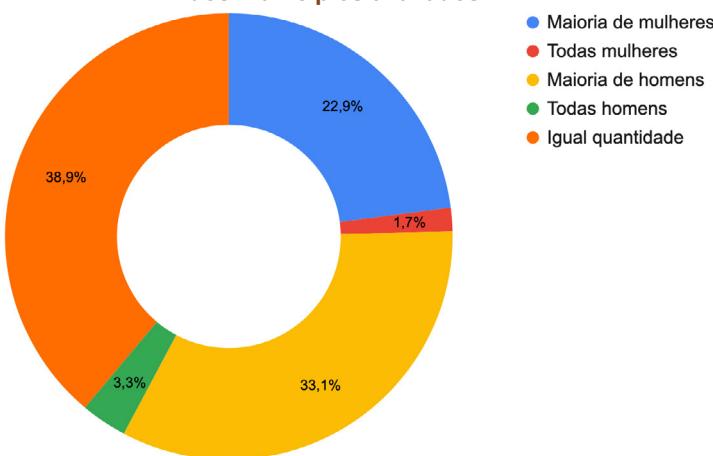
Embora as questões de gênero sejam amplamente debatidas na atualidade, especialmente nos espaços urbanos, o patriarcado permanece enraizado na sociedade contemporânea, mantendo as mulheres em posição de inferioridade nas relações sociopolíticas.

O patriarcado constitui uma forma de organização social baseada na divisão sexual do trabalho, que define papéis, espaços e atividades atribuídos a homens e mulheres como se fossem naturais (Faleiro; Farias, 2017). Tal estrutura manifesta-se de forma evidente nos cargos de poder político do meio rural, conforme ilustrado no Gráfico 01.

A participação feminina na gestão de associações e sindicatos rurais é reduzida, uma vez que esses espaços são historicamente marcados pela predominância masculina (Santana; Silva; Pessoa, 2020). Essa exclusão coloca as mulheres em situação de desvantagem, considerando a relevância dessas organizações na defesa dos interesses coletivos.

A superiorização da figura masculina sustenta-se em interpretações biologizantes, que associam diferenças sociais a supostas distinções naturais. No entanto, conforme Louro (1997), as desigualdades de gênero são construídas socialmente e devem ser compreendidas a partir das relações históricas e culturais.

Gráfico 1 - Divisão de lideranças nos sindicatos e associações rurais dos municípios avaliados.



Fonte: autoria própria, 2026.

Apesar da predominância masculina nos cargos de liderança, 77% das mulheres entrevistadas afirmaram perceber relações de gênero igualitárias; 22% identificaram superioridade masculina e apenas 1% declarou superioridade feminina.

Embora muitas mulheres reconheçam a predominância masculina nas lideranças comunitárias, parte delas demonstra compreensão crítica sobre a necessidade de valorização do papel feminino no campo.

A ausência de percepção acerca da superiorização masculina é resultado de um processo coletivo de naturalização das desigualdades, no qual os homens são socialmente reconhecidos como sujeitos destinados a exercer funções de poder.

Educação

A educação como ferramenta de modificação do espaço social e ambiental

As lutas dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desempenharam papel central na consolidação da Educação do Campo, tanto por meio da formulação de políticas educacionais quanto da criação de programas governamentais e do estímulo à produção científica (Souza, 2020).

A educação apresenta elevado potencial transformador, uma vez que possibilita o questionamento de estruturas conservadoras e a formação de sujeitos críticos diante das questões sociais, políticas e ambientais. No entanto, torna-se imprescindível que os processos educativos considerem as especificidades culturais, sociais e territoriais do público rural.

Nesse sentido, defende-se uma educação crítica e corajosa, capaz de instigar os sujeitos à reflexão sobre si mesmos, sobre o tempo histórico em que estão inseridos, sobre seu papel no contexto cultural de transição e acerca de suas responsabilidades sociais. Tal perspectiva busca evitar os processos de alienação, uma vez que a educação não deve permitir que a opressão subjugue os indivíduos, devendo promover a conscientização como uma de suas funções essenciais, afirmindo-se como uma prática libertadora e respeitosa da dignidade humana (Freire, 1967).

Os dados coletados evidenciaram baixos níveis de escolaridade entre as mulheres rurais da Chapada Diamantina, conforme apresentado no gráfico 02.

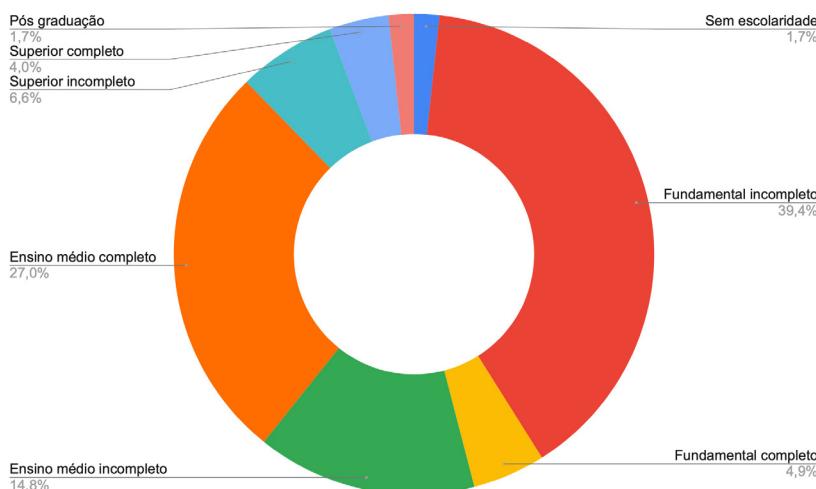
A baixa escolarização impacta diretamente as perspectivas de vida no meio rural, estando associada à faixa etária das mulheres, sobretudo aquelas com mais de trinta anos. Tal realidade decorre de fatores estruturais e de gênero, como a inexistência de escolas de ensino fundamental II em áreas rurais e a imposição histórica do papel doméstico feminino.

Estudo realizado em Nazarezinho, Paraíba (Silva *et al.*, 2010), revelou que 64,4% das mulheres rurais não concluíram o ensino fundamental, resultado semelhante ao observado na Chapada Diamantina, evidenciando um padrão recorrente de exclusão educacional feminina.

Embora a inclusão acadêmica seja vista como estratégia de transformação social, 62% das mulheres participantes não manifestaram interesse em cursar o

ensino superior; 31% demonstraram interesse; 4% já estavam cursando graduação e 3% haviam concluído algum curso.

Gráfico 2 - Grau de escolaridade de mulheres rurais da Chapada Diamantina, BA.



Fonte: autoria própria, 2026.

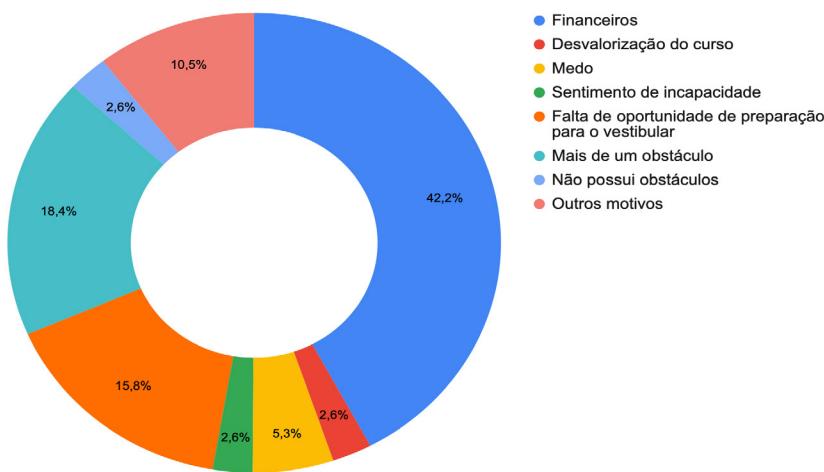
A ausência de perspectiva educacional feminina reflete uma construção social que historicamente excluiu as mulheres do campo do acesso a direitos, reforçando a lógica patriarcal.

Entre as mulheres interessadas em ingressar no ensino superior, 71% demonstraram preferência por cursos nas áreas ambientais e agrárias, o que poderia contribuir para a valorização do campo como espaço de aprendizagem e trabalho qualificado.

A inserção nesses cursos favoreceria maior visibilidade feminina nos espaços sociopolíticos do meio rural, tradicionalmente ocupados por homens.

Os principais motivos para o interesse nessas áreas incluem o desejo de contribuir com a comunidade (39%), afinidade com o campo (22%), retorno financeiro (17%), trabalho na propriedade familiar (17%) e diversificação profissional (5%).

Identidade e territorialidade constituem processos indissociáveis, pois a construção do território envolve relações simbólicas e sociais próprias (Souza, 2013). Entretanto, a pesquisa identificou obstáculos ao ingresso acadêmico, conforme apresentado no gráfico 03.

Gráfico 3 - Obstáculos para ingresso no meio acadêmico.

Fonte: autoria própria, 2026.

A falta de recursos financeiros e de oportunidades de preparação para vestibulares destacam-se como principais entraves, relacionados à informalidade da renda rural e à ausência de investimentos educacionais específicos para esse público.

Sustentabilidade Ambiental

Valores ambientais no espaço rural e a figura feminina

A sustentabilidade constitui temática central no meio rural, sendo fundamental para a promoção da agroecologia na Chapada Diamantina, contexto no qual as mulheres assumem papel relevante.

Segundo Siliplandi (2007), as mulheres apresentam maior rejeição ao uso de agrotóxicos, devido à preocupação com a saúde humana e ambiental.

Na pesquisa, 79% das participantes relataram praticar agricultura familiar sem uso de agrotóxicos, ainda que não necessariamente agroecológica. Contudo, a adoção de práticas sustentáveis enfrenta desafios relacionados ao incentivo à monocultura e à produção em larga escala.

Mesmo com restrições ao acesso às decisões produtivas, as mulheres expressam resistência ao uso de agrotóxicos por meio do cultivo orgânico para consumo familiar e da preocupação com resíduos, cursos d'água e nascentes (Siliplandi, 2007).

Estudo de Kesseler *et al.* (2013) revelou que 61,7% dos produtores rurais adotam práticas de preservação ambiental, dado próximo ao encontrado nesta pesquisa, na qual 49,2% das mulheres relataram contribuições ambientais positivas, conforme o quadro 03.

Embora existam iniciativas sustentáveis, as práticas rurais ainda seguem predominantemente a lógica capitalista de consumo. Ademais, a ausência de serviços básicos, como saneamento, compromete a sustentabilidade ambiental.

Apesar do direito ao saneamento básico estar previsto na Lei Federal nº 11.445/2007 (Brasil, 2007), a população rural permanece invisibilizada. Segundo a Funasa (2019), apenas 4% dos domicílios rurais do Nordeste possuem rede de esgotamento sanitário, e 56% dos moradores queimam resíduos sólidos.

Esses fatores evidenciam a necessidade de fomentar práticas sustentáveis, como a compostagem de resíduos orgânicos, que pode contribuir para a produção agrícola, a geração de renda e o reflorestamento de áreas degradadas.

Quadro 3 - Impactos ambientais positivos e negativos nas zonas rurais da Chapada Diamantina.

Contribuição positiva com o meio ambiente	Contribuição negativa com o meio ambiente
Plantio orgânico	Desmatamento
Maneiras alternativas de cuidados com o solo (compostagem)	Degradação do solo
Consumo racional dos recursos hídricos	Poluição dos recursos hídricos
Uso adequado do solo	Consumo irracional dos recursos hídricos
Práticas de reflorestamento	Abertura ilegal de poços artesianos
	Queimadas
	Destinação inadequada dos resíduos sólidos

Fonte: autoria própria.

A educação configura-se como instrumento essencial para a promoção de transformações socioambientais no campo, sobretudo em regiões como a Chapada Diamantina, cujo turismo depende diretamente dos recursos naturais.

A educação ambiental, prevista na Lei Federal nº 9.795/1999, ainda é pouco acessível à população rural. Conforme estabelece a legislação:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente (...) (Brasil, 1999).

A educação ambiental é fundamental para ampliar a percepção crítica sobre os problemas socioambientais do meio rural e sobre os modelos produtivos vigentes. No entanto, conforme destacam Guimarães; Nunes; Mutim (2018), a efetivação plena dessa educação enfrenta limites impostos pela própria lógica capitalista.

Os princípios de desenvolvimento ligados às práticas alternativas de cuidado com o meio ambiente

O conceito de desenvolvimento, tradicionalmente associado à tecnologia e à economia urbana, deve ser compreendido de forma multidimensional (Santos *et al.*, 2012).

Quando entendido nessa perspectiva, torna-se possível compreender as resistências a projetos que, sob a justificativa do desenvolvimento econômico, impactam negativamente territórios tradicionais (Brasil, 2015).

No meio rural, a valorização da agricultura local e da cultura camponesa configura-se como expressão de desenvolvimento, sendo a agroecologia elemento central desse processo.

A agricultura exerce forte influência ambiental, tanto pelo uso de recursos naturais quanto pela geração de resíduos (Kesseler *et al.*, 2013).

A transição agroecológica busca substituir insumos químicos por práticas sustentáveis e ampliar a agrobiodiversidade (Lopes *et al.*, 2012), alinhando-se aos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente: “A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental...” (Brasil, 1981).

Dessa forma, a adoção da agroecologia mostra-se fundamental para integrar aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais, sendo a Chapada Diamantina um território com elevado potencial para essas práticas, dada sua biodiversidade e riqueza cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de gênero no espaço rural da Chapada Diamantina permanecem marcadas por desigualdades estruturais, evidenciadas pela predominância masculina nos espaços de liderança das associações e dos sindicatos rurais. Essas relações se organizam de forma hierárquica, desfavorecendo as mulheres, sobretudo pela desvalorização sistemática do trabalho feminino, condição que contribui significativamente para o êxodo rural seletivo de mulheres.

A limitada expectativa em relação à inserção no meio acadêmico revela-se associada, em grande medida, aos baixos níveis de escolaridade das participantes, considerando que 62% das mulheres declararam não ter interesse em ingressar no ensino superior. Apesar desse cenário, os resultados indicam que a educação feminina possui elevado potencial transformador no meio rural, especialmente no que se refere às percepções socioambientais. A incorporação de princípios como os da agroecologia apresenta-se como estratégia capaz de ressignificar a relação das comunidades rurais com os recursos naturais e promover práticas mais sustentáveis.

De modo geral, o expressivo contingente de mulheres com baixa escolarização evidencia que as hierarquias de gênero historicamente construídas no espaço rural

constituem entraves significativos à inclusão acadêmica feminina, reforçando ciclos de exclusão social, política e educacional.

Por fim, as análises desenvolvidas ao longo deste estudo demonstram potencial para fomentar reflexões críticas acerca das desigualdades sociais, políticas e de gênero presentes no campo, ao mesmo tempo em que ressaltam a relevância da educação e da valorização das práticas sustentáveis como elementos centrais para a transformação do meio rural e para a promoção da justiça socioambiental.

REFERÊNCIAS

- BICALHO, R.; MACEDO, P. C. S.; RODRIGUES, G. G. **Em defesa da Educação do Campo: enfrentando o desmonte das políticas públicas**. Periferia, v. 13, n. 1, p. 39-59, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, DF, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>. Acesso em: 15 out. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 3 nov. 2025.
- BRASIL. **Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)**. Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), 2019.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. **Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: Questões de gênero na sucessão geracional**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 16, n. 3, 2020.
- BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Revista Estudos Feministas, v. 12, p. 205-227, 2004.
- CARVALHO, R. A. de. **A construção da identidade e da cultura dos povos do campo, entre o preconceito e a resistência: o papel da educação**. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2011.
- FALEIRO, W.; FARIAS, M. N. **Inclusão de mulheres campesinas na**

- universidade: entre sonhos, desafios e lutas.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 833-846, 2017.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GUIMARÃES, L. G. L.; NUNES, E. J. F.; MUTIM, A. L. B. A educação ambiental e gestão do projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco.** Revista Educação e Ciências Sociais, v. 1, n. 1, p. 50–62, 2018.
- HILLENKAMP, I. ¿Cultivar su autonomía? La agroecología de las agricultoras brasileñas.** Revista de antropología social, v. 28, n. 2, p. 297, 2019.
- IBGE. Atlas do espaço rural brasileiro: desigualdade socioeconômica no campo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- IBGE. Censo Agropecuário 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/24/0?ano=2017>. Acesso em: 17 set. 2025.
- KAUFMANN, M. P. et al. História agrária e ambiental.** 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2019.
- KESSELER, N. S. et al. Práticas sustentáveis nas pequenas propriedades de agricultura familiar: um estudo de caso.** Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental (REGET), Santa Maria, v. 17, n. 17, p. 3367-3375, 2013.
- LOPES, K. C. S. A. et al. Condições de vida e qualidade do saneamento ambiental rural como fator para o desenvolvimento de práticas agroecológicas.** Revista Brasileira de Agroecologia, v. 7, n. 1, p. 39-50, 2012.
- LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira.** Confins – Revue franco-brésilienne de géographie, n. 25, 2015.
- MARTINS, L. R. Juventude rural no Brasil: referências para debate.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 29, n. 1, p. 94-112, 2021.
- MILANI, A. M. R. Economia Solidária, desenvolvimento local e crise da Covid-19: a experiência das mulheres artesãs em Alagoas–Brasil.** Revista NAU Social, v. 11, n. 21, p. 293-307, 2020.
- MOREIRA, R. J. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 113-143, 2003.
- PAULA, L. A. C. Éxodo rural seletivo: reflexões sobre a migração de jovens e mulheres nos espaços rurais.** Presidente Prudente: UNESP, 2018.
- PTDRSS. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário do território Chapada Diamantina.** Chapada Diamantina, BA, 2016.

- RIBEIRO, G. R. L. **A educação no campo e a valorização do meio rural como espaço de aprendizagem**. Ibaiti: UFPR, 2014.
- SALES, C. M. V. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007.
- SANTANA, A. S.; SILVA, J. K. L.; PESSOA, E. R. A. **Lugar de mulher é onde ela quiser: a atuação das dirigentes das associações rurais em Chupinguaia e Vilhena, Rondônia**. Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, v. 7, n. 2, p. 272-310, 2020.
- SANTOS, E. L. *et al.* **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**. Desenvolvimento Regional em Debate, v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012.
- SILIPRANDI, E. **Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 2, n. 1, p. 845-849, 2007.
- SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: _____. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 183-208.
- SOUZA, A. F. G. *et al.* **Ser, estar, permanecer: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do Rio São Francisco**. Uberlândia: UFU, 2013.
- SOUZA, M. A. **Pesquisa educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil**. Educação em Revista, v. 36, p. e208881, 2020.
- WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. p. 330. - UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.